



# Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 30 de maio de 2017

## Controlo das pescas da UE: são necessários mais esforços, afirmam os auditores

**São necessários mais esforços para a UE ter em vigor um sistema eficaz de controlo das pescas, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Os auditores afirmam que os Estados-Membros e a Comissão Europeia realizaram progressos durante a última década; contudo, a UE ainda não tem um sistema de controlo das pescas suficientemente eficaz para apoiar a Política Comum das Pescas.**

Os auditores visitaram quatro Estados-Membros: Espanha, França, Itália e Reino Unido (Escócia). Nenhum dos quatro verificou suficientemente a exatidão da capacidade das suas frotas de pesca nem das informações sobre os navios registadas nos seus ficheiros da frota. Nenhum deles verificou a arqueação dos seus navios de pesca e dois não verificaram a potência do motor. Além disso, os auditores detetaram discrepâncias significativas entre os dados dos navios registados no ficheiro da frota e os constantes dos documentos de apoio.

De um modo geral, afirmam os auditores, os Estados-Membros examinados aplicavam as medidas de gestão das pescas de forma adequada. Os sistemas de monitorização de navios por satélite forneceram informações importantes para a monitorização e o controlo das atividades de pesca. No entanto, em resultado das exceções previstas no Regulamento "Controlo", 89% da frota da UE não foi monitorizada, o que prejudicou uma gestão eficaz em algumas pescarias e relativamente a algumas espécies.

*"Os Estados-Membros ainda não aplicaram plenamente o regulamento relativo ao controlo das pescas da UE", declarou Janusz Wojciechowski, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório, "e algumas disposições necessitam de alterações, para permitir aos Estados-Membros controlarem de forma eficaz as suas pescas."*

Os Estados-Membros geriram bem a utilização das quotas de pesca que lhes foram atribuídas. No entanto, ao permitirem que as organizações de produtores gerissem a distribuição das quotas, nem sempre tiveram conhecimento dos critérios utilizados. Esta falta de transparência tornou difícil identificar os beneficiários efetivos das possibilidades de pesca, avaliar quaisquer potenciais impactos negativos no ambiente e nas economias locais, e tomar as medidas corretivas, quando adequado. Os auditores encontraram também exemplos de boas práticas em que as organizações profissionais da pesca exigiam aos seus membros que cumprissem medidas de conservação adicionais, mas mais orientadas, para além das exigidas pela Política Comum das Pescas.

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).*

## ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L - 1615 Luxembourg

E-mail: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)

@EUAuditors

[eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

Os dados sobre as atividades de pesca recolhidos no quadro do Regulamento "Controlo" não eram suficientemente completos e fiáveis. Os dados sobre capturas relativos a navios que apresentam declarações em papel, e que representam uma parte significativa da frota da UE, estavam incompletos e, em muitos casos, incorretamente registados, afirmam os auditores. Detetaram-se discrepâncias significativas entre os desembarques declarados e os posteriores registos da primeira venda. Dois dos quatro Estados-Membros visitados não partilharam nem rastrearam suficientemente as informações relativas às atividades dos navios de um Estado-Membro de pavilhão realizadas noutro Estado-Membro. Os processos de validação de dados dos Estados-Membros eram insuficientes. Além disso, existiam diferenças significativas entre os dados relativos à captura total registados pelos Estados-Membros e os que estavam disponíveis para a Comissão.

De um modo geral, os Estados-Membros visitados planearam e realizaram bem os controlos das pescas. No entanto, o facto de os inspetores não terem acesso em tempo real às informações sobre os navios reduziu a eficácia das inspeções, e, embora estivessem instituídos procedimentos de inspeção normalizados, estes nem sempre eram utilizados. Os resultados da inspeção nem sempre foram corretamente comunicados e as sanções aplicadas nem sempre eram suficientemente dissuasoras. O sistema de pontos, uma das principais inovações destinada a assegurar a igualdade de tratamento dos operadores de pesca, foi aplicado de formas diferentes nos vários Estados-Membros e até no mesmo Estado-Membro.

Os auditores formulam várias recomendações à Comissão e aos Estados-Membros, tendo em vista a melhoria da fiabilidade das informações sobre as frotas de pesca, o acompanhamento das medidas de gestão das pescas, a fiabilidade dos dados relativos às pescas, as inspeções e as sanções.

#### **Notas aos diretores das publicações**

A Política Comum das Pescas (PCP) tem por objetivo assegurar a sustentabilidade das populações de peixes e do setor das pescas a longo prazo. Muitas populações continuam sujeitas a sobrepesca, pelo que são necessários esforços constantes para uma gestão eficaz das pescas. A PCP inclui, assim, medidas destinadas a restringir a capacidade da frota de pesca e a gerir as pescas através da imposição de limites às capturas (tais como quotas) e às atividades de pesca (tais como restrições aos esforços de pesca ou regras técnicas para determinadas pescarias).

O sucesso da PCP exige a conceção e a execução de um sistema de controlo eficaz. O sistema de controlo foi atualizado pela última vez em 2009, para corrigir insuficiências graves que foram assinaladas pelo TCE no seu Relatório Especial nº 7/2007.

O Relatório Especial nº 8/2017, "Controlo das pescas da UE: são necessários mais esforços", está disponível no sítio Internet do TCE ([eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)) em 23 línguas da UE.